



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12/05/2014
(Contém folhas)

ATA Nº 10

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:		
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereadores:	Jorge Alves Custódio	(PSD)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 12/05/2014

ATA Nº 10

----- Aos doze dias do mês de maio do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, , na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Sr. Vice-Presidente, por motivos de agenda, em reunião da ADXTUR. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 28 de abril de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 09 de maio de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.094.318,04 € (dois milhões, noventa e quatro mil trezentos e dezoito euros e quatro centavos); -----

----- De operações não orçamentais: 259.165,50 € (duzentos e cinquenta e nove mil cento e sessenta e cinco euros e cinquenta centavos), num total de 2.364.224,68 € (dois milhões trezentos e sessenta e quatro mil duzentos e vinte e quatro euros e sessenta e oito centavos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- O documento em apreço fica a fazer parte integrante desta ata. -----

1.2 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo, que decorreu no dia 11 do corrente mês, o 4º Encontro de Processualistas - Sessão Científica, promovido pela Associação de Juristas de Pampilhosa da Serra, no Auditório do Edifício Monsenhor Nunes Pereira, no qual esteve presente. Referiu que foi uma jornada de grande qualidade, que reuniu nomes relevantes da área da Magistratura e Jurisdição, e foi presidida pelo Juiz Conselheiro António Silva Henriques Gaspar, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

2.1.1 - Rancho Folclórico de Pampilhosa da Serra - Pedido de Isenção do Pagamento de taxa

----- Foi presente um requerimento do Rancho Folclórico de Pampilhosa da Serra, a solicitar a isenção do pagamento de taxas pela emissão de Licença de Ruído, a emitir pelo licenciamento da atividade designada por Festival de Ranchos, a ter lugar no dia 18 de maio do corrente ano, na Praça do Regionalismo, na Vila de Pampilhosa da Serra. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria, a emitir parecer sobre o assunto, de acordo com o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.2.1 - Doação de terreno sito na Rua do Calvário na Vila de Pampilhosa da Serra - Proposta do Sr. Presidente

----- Pelo Sr. Presidente, foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- *"Considerando que, aquando da abertura da transversal à Rua do Calvário por volta do ano de 1998, foi cedido verbalmente pelo seu proprietário um terreno sito na Rua do Calvário, destinado a integrar a totalidade da sua área à construção da transversal à Rua do Calvário supra referida, conforme planta em anexo;* -----

----- *Tendo o proprietário do dito terreno manifestado vontade de formalizar a cedência gratuita de tal terreno, uma vez que o mesmo deixou de integrar a sua esfera jurídica a partir do momento em que foi cedido verbalmente ao Município, propôs doar ao Município de Pampilhosa da Serra o prédio rústico inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº 32307 e registado sob a descrição nº 2276, da Freguesia de Pampilhosa da Serra, propriedade de Alberto dos Santos Martins, casado com Nélia Cristina Almeida Simões, no regime da comunhão de adquiridos, portadores dos C.C. nº 11146392 0 ZZ8 válido até 21/12/216 e 12644187 1 ZZ8 válido 08/11/2017, contribuintes fiscais nºs 213 515 091 e 226 732 576 respetivamente, residentes na Vila, Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra.*-----

----- *Considerando que sobre o dito prédio não incidem quaisquer ónus ou encargos, proponho que a Câmara Municipal, no âmbito das suas competências materiais, ao abrigo do disposto na al. j) do nº 1 do artº 33º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere aceitar a doação do prédio supra identificado, concedendo poderes ao senhor Presidente da Câmara Municipal para assinar o competente título e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim."*-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aceitar a doação do prédio em causa, a benefício de inventário, e dar poderes ao Sr. Presidente para assinar o competente título de doação. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2 - Aquisição de um Terreno, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Janeiro de Baixo sob o artigo nº 2

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Considerando que ao longo destes últimos anos, o Município de Pampilhosa da Serra tem vindo a estimular o investimento no Concelho, tendo por objetivo impulsionar e cativar o turismo na nossa região de modo a proporcionar um gerador potencial de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

fonte de riqueza, despertando o interesse turístico mediante um elevado padrão de qualidade, de prestígio e de promoção da imagem do Concelho de Pampilhosa da Serra. -

----- Tendo em conta que a localidade de Janeiro de Baixo tem tido um acentuado número de visitantes / turistas que procuram um lugar aprazível para passar as férias, existe um superior interesse municipal em apostar num melhor aproveitamento da tranquilidade e beleza daquelas paisagens e da qualidade das águas do Rio Zêzere que banha aquela localidade. -----

----- Tendo tido conhecimento da vontade dos proprietários confinantes com o parque de campismo, em efetuarem a venda do terreno contíguo a este, julga-se necessário proceder à aquisição do mesmo, por forma a melhorar as condições e ampliar aquelas instalações de modo a proporcionar todas as comodidades que um campista moderno exige. -----

----- Assim, no uso das competências que me foram delegadas por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na reunião realizada em 15/10/2013, designadamente a prevista na al. g), do nº 1 do artº 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, informo que irá ser adquirido um terreno, sito aos Cascalhais - Janeiro de Baixo, Concelho de Pampilhosa da Serra, com a área de 9.850 m², inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Janeiro de Baixo, Concelho de Pampilhosa da Serra, sob o artigo nº 2. -----

----- Dos contactos e negociações encetados com os Herdeiros de Ricardina Augusta Dias (NIF: 702.408.328), proprietários do imóvel em questão, foi acordado o valor de 26.000,00 € (vinte e seis mil euros), a suportar pelo Município para a compra do respetivo imóvel, existindo verba em orçamento para efetuar a referida aquisição, com a seguinte nomenclatura: 0102 070101 - Gop's 04 430 2014/43, conforme informação em anexo.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2.3 - Protocolo de Colaboração - Oleões

----- Foi presente a minuta de um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre a empresa SOGILUB - Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda e o Município de Pampilhosa da Serra, em que as partes pretendem estabelecer mecanismos de cooperação, com vista à gestão ambientalmente equilibrada dos óleos lubrificantes usados produzidos pelo Município de Pampilhosa da Serra, e em que acordam na colocação de um reservatório que funcionará como local de receção de Óleos Usados e que serão distribuídos nas instalações das Oficinas do Município de Pampilhosa da Serra.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo de Colaboração em apreço e após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.4 - Candidatura de Arrendamento a uma Fração dos Pavilhões da Zona Industrial Alto das Aldeias, pela Lenda da Beira - Aguardentes de medronho, Unipessoal, Lda.

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- " Considerando o teor do requerimento, subscrito pelo Senhor José Antunes Martins, em 29/04/2014, Sócio Gerente da Sociedade Unipessoal por Quotas Lenda da Beira-Aguardentes de medronho, Unipessoal, Lda, com o NIF nº 510.036.716, vem o mesmo, solicitar ao Município de Pampilhosa da Serra, conceder-lhe o arrendamento de uma fração dos Pavilhões sitos na Z.I. do Alto das Aldeias, Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra.-----

----- Assim, tendo em conta o disposto na Cláusula Décima Terceira, constam do requerimento/candidatura apresentados (resumidamente) o seguinte: -----

----- - Identificação da empresa: Lenda da Beira-Aguardente de medronho, Unipessoal, Lda, com o NIF 510.036.716, com sede no lugar de Signo Samo, Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- - Indica pretender um espaço com uma área mínima de 100 m2; -----

----- - A atividade económica a prosseguir pela sociedade, consiste na cultura de frutos em árvores e arbustos, nomeadamente medronho. Fabricação de aguardentes de medronho. Produção de licores e outras bebidas destiladas. Sendo que a fração destinar-se-á ao desenvolvimento de atividades conexas com o objeto societário, nomeadamente a instalação de um interposto de álcool. -----

----- - Relativamente ao número de postos de trabalho existentes, refere não serem detentores de nenhum posto de trabalho, não pretendendo a sua criação a curto prazo. -----

----- Mais se informa, que para dar cumprimento à formalização da candidatura, o requerente apresentou os documentos seguintes: -----

----- - As duas últimas declarações de IRC; -----

----- - Certidão das Finanças certificando que a sociedade em questão tem a sua situação regularizada; -----

----- - Cópia do cartão da empresa; -----

----- - Certidão permanente; -----

----- - Cartão de Cidadão do Sócio Gerente; -----

----- - Certidão de inexistência de dívidas à Segurança Social. -----

----- Assim, considerando o disposto na Cláusula Décima Quarta, dos documentos supra referidos, informa-se que: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

“Cláusula Décima Quarta” (Processo de Seleção)

1 - A seleção e adjudicação do arrendamento é feita pela Câmara Municipal, casuisticamente, tendo por base os seguintes critérios/fatores de ponderação: -----

- a) Número de trabalhadores da empresa; -----
 ----- b) Novos postos de trabalho a criar; -----
 ----- c) Mérito para a política económica do Município. -----

2 - Para efeitos da atribuição do arrendamento relevará o número de postos de trabalho a criar e o mérito para o desenvolvimento empresarial do Concelho, sendo o arrendamento do espaço identificado com letra C (com maior área) atribuído em função do maior número de postos de trabalho que a empresa candidata se proponha criar, com base no seguinte critério: -----

----- Um posto de trabalho/80 m2 área (...) -----

----- Tendo em conta que a empresa candidata solicita o arrendamento de uma fração com uma área mínima de 100 m2, de fácil acesso e com licenciamento industrial, vêm os Serviços Jurídicos informar que as frações disponíveis para arrendamento possuem as seguintes características: -----

I Pavilhão

FRAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA COBERTA	ÁREA DESCOBERTA	COMPOSIÇÃO
B	2ª Fração a contar de Norte	232,20 m2	115,80 m2	Escritório, instalações sanitárias e balneários para senhoras, instalações sanitárias e balneários para homens, espaço destinado a arrumos, espaço amplo destinado à indústria, comércio e serviços e logradouro.

II Pavilhão

FRAÇÃO	ÁREA COBERTA	ÁREA DESCOBERTA	ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO	COMPOSIÇÃO
C	526 m2	614 m2	Piso 0: 526,50 m2 Piso 1: 60,50 m2 Total: 587,00 m2	Escritório, instalações sanitárias e balneários para senhoras, instalações sanitárias e balneários para homens, espaço destinado a arrumos, espaço amplo destinado à indústria, comércio e serviços e logradouro.

----- Pelo que, submete-se à apreciação do órgão Executivo Camarário a candidatura apresentada pela empresa supra identificada e a eventual adjudicação do arrendamento de uma das frações disponíveis. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar o arrendamento da Fração B do Pavilhão em causa, atentos os fatores de ponderação mencionados. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 – SECÇÃO FINANCEIRA

2.3.1 – Serviço de Contabilidade - Protocolo de Divisão de Energia Eólica

----- Foi presente uma informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----

----- “ Após análise dos mapas de apuramento das contas relativas ao Protocolo de Divisão da Energia Eólica Produzida nos Limites dos Concelhos de Pampilhosa da Serra e Góis, informo V.Exª dos valores apurados referentes ao 2º semestre de 2013: -----

----- - Parque Eólico Pampilhosa da Serra: 32.391,64 € ; -----

----- - Parque Eólico Malhadas Góis: 7.680,33 € ; -----

----- - Parque Eólico Cadafaz: (13.775,14 €). -----

----- Valor a transferir para o Município de Góis – 26.296,83 €. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 – DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 – OBRAS PARTICULARES

3.1.1 – Licenciamento de Instalação e Funcionamento de Recinto em Pampilhosa da Serra – Pedido de Isenção de taxas

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- “ O Rancho Folclórico de Pampilhosa da Serra, contribuinte nº 501 753 140, representado pela Presidente da Direção, Senhora Maria Manuela de Almeida Cortez Olivença Nunes, contribuinte nº 110 589 050, titular do cartão de cidadão nº 04431782 4 ZZ3, com sede na Rua de Santo António, na Vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, apresentou nos serviços do Município, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

do Município de Pampilhosa da Serra, por força da alínea c) do artº 8º do mesmo Regulamento, pedido para isenção de taxas, para o processo de licenciamento da Instalação e Funcionamento de Recinto sito na Praça do Regionalismo, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, a fim de ser realizado "Festival de Folclore", no dia 18 de maio de 2014, no referido local. -----

----- Ora de acordo com o que dispõe a alínea c) do artigo 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, as pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública, administrativa, associações humanitárias, religiosas, culturais, recreativas, desportivas e sociais e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas, pelos atos e factos se destinam à realização dos seus fins estatutários, podem beneficiar de isenção total ou parcial do pagamento das taxas municipais. -----

----- Pelo exposto, considera-se que o pedido de reconhecimento de isenção se encontra formalizado, de acordo com o nº 2 do artigo 9º do Regulamento Geral de taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, em vigor. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 - Restituição de taxas referente à alteração de moradia unifamiliar, sita no Largo Brás Gonçalves Pires, nº 8, em Dornelas do Zêzere

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- Em 05/03/2014, deu entrada nestes serviços de obras particulares, o processo de licenciamento em epígrafe onde foram declaradas áreas superiores às apuradas, posteriormente, pelos serviços técnicos de obras, em 07/05/2014, no tocante ao uso afeto à habitação. -----

----- Sobre as áreas declaradas recaíram as taxas devidas, pagas através da guia de recebimento nº 64, de 05/03/2014. -----

----- Efetuados os devidos cálculos, apurou-se que o valor cobrado a mais é de 11,80 €, conforme se discrimina no quadro em anexo. -----

----- Face ao exposto, propõe-se a restituição ao requerente do valor de 11,80 €, nos termos do disposto no nº 2 do art.º 16, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade restituir ao requerente o valor mencionado. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

3.2.1 – Prestação de Serviços de Representação em Juízo

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “Atendendo ao disposto na Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento de Estado 2014, mais concretamente ao disposto no número 4, do artigo 73º, torna-se necessário um parecer prévio da competência do órgão executivo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei nº 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013 de 27 de agosto. -----

----- O parecer prévio vinculativo é, nas Autarquias Locais, da competência do órgão executivo, nos termos do número 11, do artigo 73º, da Lei do Orçamento de Estado 2014, e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c), do número 5, do mesmo artigo, bem como da alínea b), do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referido no número 1, do artigo 6º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012 de 31 de dezembro. -----

----- No entanto, à presente data no que concerne às Autarquias Locais, não foi publicada a Portaria a que se refere o número 1, do artigo 6º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro. Não obstante a ausência de regulamentação para a Administração Local, existe a exigência do parecer prévio vinculativo, como se demonstrou acima.-----

----- Considerando: -----

----- 1) Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o nº 4 do artº 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014; -----

----- 2) Que o nº 11 do artigo 73º, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no nº 5, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações; -----

----- 3) De acordo com o disposto no nº 5, do artigo 73º, da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da: -----

----- a) Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

----- b) Existência de cabimento orçamental; -----

----- c) Cumprimento do disposto no nº 1 do artigo 73º (se aplicável). -----

----- 4) O objeto do presente contrato consiste na contratação dos serviços de Representação do Município em Juízo no âmbito dos processos 319/14.3BECBR-A e 319/14.3BECBR que decorrem no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, Unidade Orgânica 1; -----

----- 5) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, n

Ao se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante; ----

----- 6) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços; -----

----- 7) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----

----- 8) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação nº 18-A/2008 de 28 de março e alterado pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei nº 3/2010, de 27 de abril e pelo Decreto-Lei nº 131/2010, de 14 de dezembro e Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho; -----

----- 9) Que o valor base estimado é de 12.500,00 € (doze mil e quinhentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental na rubrica orçamental: Orgânica 0102 Económica 02.02.14; -----

----- 10) Que será consultada a seguinte entidade: -----

----- a) *Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, Sociedade de Advogados, R.L, com sede na Rua Castilho, 165, 1070-050 Lisboa;* -----

----- 11) Que o valor base da prestação de serviços é de 12.500,00 € (doze mil e quinhentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- 12) A inexistência de um valor contratual (global) relativo ao ano anterior, não permite ter uma base para aplicação da redução prevista no nº 1 do artigo 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro. -----

----- NESTES TERMOS PROPONHO: -----

----- a) Que a Câmara delibere emitir parecer prévio vinculativo à contratação dos serviços de "Prestação de Serviços de Representação em Juízo", nos termos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro; -----

----- b) Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

----- À consideração superior. " -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo à contratação dos serviços de "Prestação de Serviços de Representação em Juízo", nos termos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro; -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.2 - Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2014

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras do seguinte teor: -----

----- "Tendo em consideração o ajuste direto **"Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2014"**, o adjudicatário Cruz Martins & Pega Magro, SROC apresentou em 07/05/2014 os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no art.º 81º do CCP e em conformidade com o ponto 14 do convite do concurso. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nestes termos propõe-se a V.Ex^a a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----

----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto na legislação em vigor, nomeadamente o Decreto Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro e alterações subsequentes e os elementos que fazem parte do concurso. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta do contrato em apreço e conceder poderes ao Sr. Presidente para a competente assinatura. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.3 – Notificação de decisão definitiva

- Candidatura: SAL_2013_09_001_5496

- Designação da Operação: Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente um ofício do Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro, datado de 22 de abril de 2014, com a referência nº 838/14, a comunicar que nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 46º do Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de abril, a Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro, em reunião do dia 14/04/2014, deliberou aprovar definitivamente a candidatura em referência, de acordo com os fundamentos indicados no ofício nº 729/14 de 07/04/2014. Em anexo remetem 2 exemplares do Contrato de Financiamento para que os mesmos sejam assinados e um dos exemplares devolvidos à procedência. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Contrato de Financiamento.

4 – DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

4.1 - CULTURA

4.1.1 – Proposta de Normas de Participação – XVII Feira de Artesanato e Gastronomia de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação do Serviço de Cultura, do seguinte teor: -----

----- “Atendendo à necessidade de se proceder à abertura das inscrições para a XVII Feira de Artesanato e Gastronomia de Pampilhosa da Serra, junto se remete, para análise e decisão, a proposta das “Normas de Participação” para a edição de 2014. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do documento e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - EDUCAÇÃO

4.2.1 - Formação em Contexto de Trabalho

- Patrícia Isabel Alegre Simões

- Escola Profissional da Lousã

----- Foi presente uma carta da Escola Profissional da Lousã, a solicitar a possibilidade de a formanda Patrícia Isabel Alegre Simões, residente em Pampilhosa da Serra, poder desenvolver nesta Autarquia a sua Formação em Contexto de Trabalho, do curso Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade da Escola Profissional da Lousã, no período de 30 de junho a 26 de julho de 2014. -----

----- Em anexo, remetem as Informações Complementares relativas à Formação em Contexto de Trabalho. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar a Formação em Contexto de Trabalho e designar o Engº Nuno Miguel Martins Bandeira, monitor da referida formanda nesta Instituição. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.3 - AÇÃO SOCIAL

4.3.1 - Projeto "A Minha Primeira Ajuda"

- Estabelecimento Comercial Aderente

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- "No seguimento do ofício enviado pela D. Virgínia Mendes Almeida, de Dornelas do Zêzere, solicitando a aceitação como estabelecimento aderente ao Projeto "A Minha Primeira Ajuda", venho por este meio informar que, não obstante o facto de a inscrição ter sido entregue fora do prazo, seria importante a aceitação deste estabelecimento pelo facto de haver alguns nascimentos na referida localidade. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

unanimidade aceitar a adesão do referido Estabelecimento Comercial, ao Projeto "A Minha Primeira Ajuda". -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 - GABINETE FLORESTAL

5.1.1 - Vigilância Móvel das Florestas 2014

- Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere

----- Foi presente uma informação do Gabinete Florestal, do seguinte teor: -----

----- *"Semelhança dos anos anteriores e tendo como objetivo assegurar a manutenção do dispositivo municipal de Vigilância móvel das Florestas, cumprindo, assim, com o previsto no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. O Município de Pampilhosa da Serra vai ter que estabelecer uma parceria com a ASSDZ - Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere a fim de assegurar o dispositivo para 2014.* -----

----- *Embora seja da competência da Freguesia de Dornelas do Zêzere assegurar a vigilância móvel 2014 no âmbito da Proteção Civil, (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro) esta não possui meios humanos necessários para cumprir com tal facto. Razão pela qual, e porque o interesse público em manter a nossa Floresta intacta é mais importante, e a ASSDZ disponibilizou-se a ceder os meios humanos necessários para que se efetive e execute, com a rapidez e eficiência que se impõe, o Programa de Vigilância Florestal para 2014 para Dornelas do Zêzere.* -----

----- *Como os custos inerentes a esta Vigilância Florestal são elevados, estimativa da ASSDZ é de 9.415,70 € (nove mil quatrocentos e quinze euros e setenta centimos) e a ASSDZ pode ter alguma dificuldade inicial em cumprir com o Programa, julgo pertinente celebrar um Protocolo com a Associação e transferir, logo após a sua celebração metade da verba, permitindo, assim, fazer face às despesas iniciais da Vigilância Móvel 2014. A restante verba seria paga no fim do Programa, tendo já como base as despesas efetivas. À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.2 - Protocolo de Colaboração

- Vigilância Móvel das Florestas 2014

- Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente a minuta de um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra, a Freguesia de Dornelas do Zêzere e a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, cujo objeto consiste na concessão de apoio financeiro no valor de 9.415,70 € (nove mil quatrocentos e quinze euros e setenta centimos) à Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, destinado a apoiar financeiramente a sua intervenção na implementação do programa de vigilância florestal no ano de 2014, na freguesia de Dornelas do Zêzere, tendo em vista a execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Pampilhosa da Serra, em colaboração com a Freguesia de Dornelas do Zêzere. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




